

O PAPEL DO ADMINISTRADOR: ADMINISTRAR, GESTAR OU GERIR?

DANIELA NEVES DA SILVA¹

PAULO FRANCISCO SANTOS LOPES²

ADMINISTRAÇÃO, ao longo da história, sempre foi acompanhada de diversas discussões, seja sobre seu caráter de ciência, técnica, arte ou, até mesmo, de ideologia; seja sobre o seu objeto de estudo, ou, ainda, sobre o seu campo de atuação. Diante disso, torna-se pertinente rever alguns conceitos. Segundo as definições do *Aurélio*,³ ciência representa o

conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos ou produzidos, historicamente acumulados, dotados de universalidade e objetividade que permitem sua transmissão, e estruturados com métodos, teorias e linguagens próprias, que visam compreender e orientar a natureza e as atividades humanas.

Já a técnica consiste na *maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo*. A arte é a *capacidade natural ou adquirida de pôr em prática os meios necessários para obter um resultado*, e a ideologia é entendida como um

conjunto articulado de ideias, valores, opiniões, crenças, etc. que expressam e reforçam as relações que conferem unidade a determinado grupo social (classe, partido político, seita religiosa, etc.) seja qual for o grau de consciência que disso tenham seus portadores.

¹ Graduanda em administração 2009.2 pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

² Graduando em administração 2009.2 pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

³ Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Curitiba: Positivo.

No que se refere à análise etimológica da Administração, podemos perceber que o prefixo *ad* quer dizer próximo de, o verbo *ministrar* quer dizer *conduzir, dar, fornecer*, e o sufixo *ação*, por si próprio, exprime o seu caráter. Então, com o conjunto dos termos chega-se à definição de que administração quer dizer *ação de transformar, ação de conduzir para ou ação de direção ao*.

Já o professor Genauto Carvalho de França Filho⁴ (2004), acrescenta outra forma de percebê-la; dessa vez, como ideologia. Nessa visão, a administração representa a capacidade de dominação, nada mais perfeito para a construção de ideologia que pode manter ativo o *statu quo* da sociedade. Pois, em português, significa a *busca de obtenção de subordinação ou obediência* (França Filho, 2004, p. 135) e, em inglês, o termo *manage* referia-se ao ato de cavalgar segurando as rédeas do cavalo (Ibidem).

Segundo Genauto, existem três grandes áreas de abrangência do conhecimento administrativo: técnicas gerenciais, áreas funcionais e a teoria das organizações. Para ele, as técnicas gerenciais são o “conjunto de ideias voltadas ao auxílio do trabalho do gerente, num sentido muito prático e aplicado” (Ibidem, p. 122), definidos segundo os parâmetros da racionalidade instrumental, identificada na obra de Guerreiro Ramos.⁵ Técnicas que, ao longo da história, foram sendo elaboradas, como, por exemplo: a Organização Racional do Trabalho (ORT) de Taylor, no início do século XX, a Administração Por Objetivos (APO) de Drucker, anos de 1950, e, mais recentemente, reengenharia, *dowsizing*, matriz SWOT, TQM, BSC, entre outras.

Já as áreas funcionais como *marketing*, finanças, recursos humanos, entre outras, também apresentam um caráter prescritivo e pragmático, pois, rotineiramente, certa técnica bem-sucedida numa organização pode ser aplicada em qualquer outra como uma “receita de bolo”, sem considerar as particularidades de cada uma. Segundo o autor, essas áreas funcionais são decorrentes, fundamentalmente, da divisão de trabalho proposta por Fayol.⁶

⁴ Administrador, mestre em Administração pela UFBA e doutor em Sociologia pela Universidade de Paris VII. Professor da Escola de Administração da UFBA e do seu Programa de Pós-Graduação (NPGA).

⁵ Guerreiro Ramos. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1989.

⁶ Com relação à divisão do trabalho Fayol cita duas vertentes: a verticalizada, em função da hierarquia organizacional, e a horizontalizada, aplicada ao desenvolvimento das atividades internas das organizações.

O último grande campo é a Teoria das Organizações (TO) que possui um caráter explicativo, haja vista que foca o contexto no qual o trabalho é exercido. Para ele, a TO é sustentada por dois grandes pilares: o Comportamento Organizacional e a Sociologia das Organizações. A primeira, de origem americana, enfatiza a motivação, a liderança e a tomada de decisões como temas; ao passo que a segunda, de teor funcionalista, analisa a burocracia e os sistemas sociais. Nesse campo, nota-se que o estudo sobre a administração extrapola o lado prático e calculista da gestão abrangendo, também, os aspectos subjetivos e pessoais das organizações, envolvendo a antropologia, a psicanálise, entre outras; e, nesse sentido, este campo aproxima-se da concepção de uma administração política.

O professor João Ubaldo Ribeiro⁷ (2006, p. 167) argumenta que a “tarefa do administrador, em última análise, consiste na utilização racional dos recursos disponíveis, numa dada situação, para a consecução de determinados objetivos”. Pois:

O administrador se coloca, assim, numa definição ainda preliminar, não como um técnico, mas como uma categoria especial de cientista: o humanista, praticante da ciência social, intérprete da realidade e agente de mudança, dentro de campos de atividades específicas (Ribeiro, 2006, p. 172).

Com isso “[. . .], a profissão de administrador é política por excelência, devido à própria natureza da função por ele desempenhada” (Ribeiro, 2006, p. 187).

Assim, a administração política representa um importante ambiente de discussão acadêmico-teórico-conceitual no combate a estereotipagem, a qual a administração vem sofrendo, ao ser tratada como um amontoado de técnicas e modismos gerenciais. Especificamente, o termo administração política é defendido pelo professor Reginaldo Souza Santos⁸ (2004) como sendo, em última análise, o campo da administração responsável pela

⁷ João Ubaldo Ribeiro é amplamente conhecido da sociedade brasileira em virtude dos seus artigos em jornais de grande circulação e dos livros publicados, porém o que nem todos sabem é que este autor já foi professor da EAUFBA e autor de um dos textos vanguardistas de discussão acerca do verdadeiro papel do administrador na sociedade e da administração como ciência.

⁸ Professor doutor, titular do Departamento de Finanças e Políticas Públicas e diretor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

formulação das diretrizes que levem ao bem-estar da sociedade, ou seja, à construção de um projeto-nação.

Diante desse cenário, o presente artigo defende que o administrador é um cientista social com a função de agente responsável pela gestão dos recursos sociais e organizacionais, por meio das tomadas de decisões, de acordo com o cenário em voga e o pretendido; isto é, o mesmo que administrador político, ou seja, a administração política é o campo teórico-conceitual da administração que advoga o administrador como agente de gestão dos recursos, sejam organizacionais ou de uma nação, a exemplo do Brasil.

Para tanto, o objetivo deste é discutir a formação universitária do administrador e qual o seu verdadeiro papel na sociedade, à luz do conceito da administração política. O caminho traçado para a sua realização perpassa, inicialmente, pela discussão acerca da atual formação universitária do referido profissional, seguido do seu papel social e, por último, evidenciam-se as considerações finais.

A trajetória acima descrita é permeada pela leitura de artigos, em especial de eminentes professores da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia — EAUFBA, com destaque para os artigos publicados pelos professores Reginaldo Souza Santos e João Ubaldo Ribeiro. Portanto, utilizou-se como método de pesquisa um estudo exploratório acerca da escassa literatura sobre a administração política e de artigos em jornais e revistas sobre administração, gestão, negócios, entre outros.

A formação universitária do administrador⁹

A Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2005, do Ministério da Educação, estabelece em seu artigo 3.º que:

O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais o processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, relevando assimilação de novas informações e

⁹ Logo de início, deve-se ressaltar que a construção desse cenário acerca da formação universitária do administrador é meramente intuitivo-empírica, ou seja, não está fundamentado nas rigorosas pesquisas científicas, as quais devem ser submetidas para a sua validação ou não.

apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Na prática, a formação universitária do administrador, no Brasil e no mundo, está permeada por uma espécie de mantra que invoca que o profissional deve estar formatado para atender as demandas do mercado, numa relação de submissão e conseqüente distanciamento da sua real função, que é interferir na sociedade objetivando o seu bem-estar. Esse modelo de formação decorre, primeiro, do fato de que a maioria dos docentes é paladina da administração como, fundamentalmente, técnica ou, meramente, arte, e, em segundo lugar, pelos próprios alunos, que imersos nas organizações são cooptados, em sua maioria, a repetirem o velho adágio popular de que a administração consiste, apenas, em amontoado de técnicas e modismos gerenciais.

Isso culmina na grande literatura de autoajuda na administração, já que mesmo os livros de textos são verdadeiros manuais de práticas administrativas, ou seja, a administração não possui, ou são raríssimos, os escritos de cunho estritamente científico e teórico acerca do seu verdadeiro objeto e modelo de análise.¹⁰

Contrapondo essa formação tecnicista, Ribeiro (2006) argumenta que, caso o administrador assuma uma posição, apenas, de mero executor de sua atividade profissional, ele não terá desenvolvido a plena consciência política de sua ação, haja vista que

[. . .] o que se deseja não é indicar uma equivalência integral entre o administrador e o cientista social, mas, simplesmente, apontar o fato de que, sem assumir a condição deste, aquele não passará de um mero cumpridor de tarefas predeterminadas, uma espécie de autômato de nível superior (Ribeiro, 2006, p. 167).

Uma questão importante, que já vem sendo discutida, consiste na formulação das matrizes curriculares dos cursos de administração que contemplam, em sua grande maioria, disciplinas de conteúdos ferramental e

¹⁰ Felizmente, a partir da iniciativa de alguns professores da EAUFBA, esse cenário começa a mudar com a introdução da discussão sobre a administração como ciência sob a luz da administração política.

técnico, denotando pouca preocupação com os conteúdos críticos, tão importantes para a atuação do profissional.

Esse cenário enquadra-se na breve análise realizada por Craide et al. (2009) acerca das correntes teóricas de concepção da construção dos currículos do curso de bacharelado em Administração. Para Silva (2004), apud: Craide et al. (2009), existem três correntes que norteiam a construção dos currículos: teorias tradicionais, teorias críticas e os estudos multiculturalistas.

As teorias tradicionais concebem a formação dos currículos visando a eficiência organizacional permeada pelo pensamento da linha de montagem, algo censurado pelas teorias críticas. Essas teorias advogam que a construção dos currículos obedece a interesses oriundos das lutas de poder centradas na lutas de classes, e, por último, os estudos multiculturalistas representam os interesses neoliberais e continuam o debate iniciado com as teorias críticas.

Apesar dessas discussões, atualmente, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil podem ser consideradas como fábricas e seus formandos como produtos finais de suas respectivas linhas de montagem, como aponta Nicolini (2003), apud: Craide et al. (2009). Isso resulta na formação de profissionais eminentemente dotados de racionalidade instrumental menosprezando o caráter científico e/ou filosófico do conhecimento administrativo.

Ao ter contato com diversas outras áreas do conhecimento, o bacharelado percebe que a sua função é, ao mesmo tempo, árdua, complexa e desafiante, na medida em que articula conhecimentos de filosofia, matemática, estatística, direito, economia, sociologia, psicologia, antropologia, informática, contabilidade, *marketing*, logística, entre outros. Para a administração das organizações não é uma tarefa simples, trata-se, sim, de um cenário complexo, dinâmico e competitivo.

Nesse sentido, os professores Maria da Graça Pitiá Barreto¹¹ e Eduardo Fausto Barreto¹² (2004) advogam que as ciências matemáticas são necessárias no desenvolvimento do raciocínio quantitativo e lógico, importantes instrumentos para a apreensão de conhecimentos da área financeira

¹¹ Coordenadora do Colegiado do Curso de Administração e vice-diretora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

¹² Administrador, doutor em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, mestre em Administração pela UFPB, professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, atualmente exercendo a função de presidente da Câmara de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia.

e de *marketing*, assim como as ciências econômicas e as ciências sociais fornecem ao profissional a visão ampla do ambiente de atuação das organizações, permitindo o desenvolvimento da sua formação estratégica.

Já as ciências jurídicas estabelecem os limites da lei na atuação do administrador, ao passo que as ciências políticas favorecem o entendimento da condução política do país, além de fornecer ao profissional uma visão crítica da realidade e do futuro de sua nação. E a psicologia é fundamental para o entendimento das diferenças individuais e um ferramental extremamente necessário para uma gestão humana das pessoas que compõem as organizações, da mesma forma que a filosofia é a responsável pelo conhecimento epistemológico das ciências e importante para a apreensão metodológica de atuação do profissional.

Em continuidade dessa análise, percebe-se que um grave problema na formação dos administradores, em especial no Brasil, é a segregação em diversas habilidades ou ênfases, tais como administração com habilitação em comércio exterior, habilitação em gestão hospitalar, ênfase em recursos humanos, ênfase em finanças, ou até mesmo a habilitação em pequenas empresas, o que, felizmente, vem se extinguindo graças à Resolução n.º 4/ /2005 do Ministério da Educação.

O inconveniente, nessas situações, reside, justamente, no aspecto epistêmico, o comércio exterior, a gestão hospitalar, os recursos humanos, as finanças e, principalmente, as pequenas empresas devem ser administrados, e administração só existe uma e não várias “administrações”. Ou será que administrar um hospital é diferente de administrar uma escola, uma ONG, uma estatal? Na realidade, não. É claro que são atividades diferentes, com objetivos sociais distintos. Porém, a forma de administrá-las é a mesma, ou seja, otimizar os recursos para satisfazer as necessidades.

Outro aspecto relevante na formação dos administradores, no Brasil, reside na formatação dos estudantes para as grandes organizações. Isso ocasiona um negligenciamento perante o cenário nacional composto, em sua maioria, por micros, pequenas e médias empresas (que compreendem 95% do universo das empresas, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (Sebrae) e, também, das organizações do chamado terceiro setor, como meios de atuação profissional do administrador.

Vale salientar, também, em relação às grandes empresas, as exigências ao bacharelado não são menores, como, por exemplo, ser fluente na língua

inglesa, quando não em outros idiomas, também, mesmo que as suas atividades laborativas não exijam a utilização expressa desse idioma. Isso dificulta o acesso da maioria dos bacharelados a oportunidades relevantes de inserção no mercado de trabalho e de ascensão profissional. De modo geral, os estágios disponibilizados aos bacharelados em administração são ligados a atividades operacionais que não fornecem o espaço adequado ao pleno exercício da práxis administrativa, na medida em que permita ao aluno refletir criticamente sobre a teoria aprendida na academia e a prática exercitada nas suas atividades, culminado na cooptação mencionada anteriormente.

É claro que possuir conhecimentos extracurriculares é importante. Porém o não domínio inicial pelo bacharelado não deve significar um empecilho ao acesso a oportunidades de crescimento e aprendizado profissional, ao contrário, o acesso a essas oportunidades deve estimulá-lo a crescer e a se desenvolver, ou seja, incentivá-lo e, com isso, contribuir para a sua formação acadêmica e melhor desempenho em relação aos objetivos organizacionais.

Outro ponto relevante a ser apontado consiste na não exploração plena da sua inserção numa universidade, pois a concepção de universidade compreende o tripé constituído pela pesquisa, ensino e extensão. Os poucos projetos de pesquisas existentes na área administrativa visam, na maioria, a contribuir com a visão tecnicista e prescritiva da gerência; o ensino apresenta o cenário traçado no presente texto, e a extensão, assim como a pesquisa, é deixada em segundo plano, representada pelos cursos direcionados ao aperfeiçoamento de técnicas gerenciais, pelas atividades desenvolvidas pelas empresas juniores e projetos em comunidades carentes, de forma segregada e sem conexão direta com os conteúdos vistos em sala, na maioria dos casos.

Ademais, outro grave problema do campo da administração não está na graduação e sim na pós-graduação. Pois tanto no Brasil como no exterior, profissionais de outras áreas do conhecimento que fazem um doutorado, mestrado ou somente uma especialização acreditam que têm o direito de ocupar o lugar do bacharel em administração por possuir uma “pós” na área;¹³ o que parece absurdo é o que mais acontece no mercado de

¹³ Aí fica uma questão interessante: será que os bacharéis em administração que fizerem uma “pós” em direito podem advogar uma causa comercial, por exemplo? Essa indagação fica para estudos posteriores, por não estar abarcado no escopo do presente artigo.

trabalho. E mais, essas especializações, salvo raras exceções, são as que mais contribuem para o posicionamento da administração como meramente arte ou técnica.

Assim, embora alguns cursos de bacharelado e pós-graduação em administração ainda sejam considerados de excelência, o que preocupa é o fato de que o lado científico da administração esteja sendo negligenciado, o que enfraquece sua posição como ciência, negando o caráter de cientista social ao administrador.

O papel do administrador

Com o objetivo de discutir o papel do administrador, faz-se necessário compreender o que seja administrar, gestar ou gerir. Administrar, como já visto anteriormente, significa a ação de conduzir os meios necessários para o alcance dos objetivos estipulados. Para tanto, o administrador, o agente responsável pela condução desses meios, deve gestar, ou seja, conceber as relações sociais de produção necessárias, em qualquer contexto e momento histórico, para o bem-estar da sociedade, por meio da gerência dos recursos, isto é, exercer ou executar as funções das relações sociais de produção e distribuição, também, em qualquer contexto e momento histórico (Santos, 2004).

Como meio de exercer esse papel, o administrador, na visão do professor João Ubaldo, deve cumprir cinco etapas:

a) formação de objetivos e metas, em função das necessidades organizacionais; *b)* análise e diagnóstico da situação; *c)* avaliação dos recursos disponíveis, entendidos estes não só como aqueles imediatamente ao alcance do administrador, como também os que podem ser criados; *d)* equacionamento dos recursos em função dos objetivos; *e)* avaliação permanente das mudanças introduzidas pelas medidas adotadas (Ribeiro, 2006, p. 167).

Portanto, logo fica respondido que o papel do administrador é administrar, ou seja, ele deve gestar e gerir, o que vai determinar o grau que deve ser empregado nesses papéis é o cargo e a função do administrador numa organização; por exemplo: um presidente, ou melhor, o CEO — chief executive officer — deve mais gestar do que gerir, da mesma forma, um gerente deve gerir mais que gestar. Isso decorre do fato de que a gestão, em

resumo, é o ato de conceber, ao passo que a gerência é o ato de executar (Santos, 2004).

Outro fato interessante nessa discussão refere-se à trilogia: estratégico-tático-operacional. Segundo Wrigth et al., 1992, p. 3, apud: Mintzberg, et al., 2000, p. 17,¹⁴ estratégia significa “planos da alta administração para atingir resultados consistentes com as missões e objetivos da organização”. Na visão do Aurélio a tática são os “meios postos em prática para sair-se bem de qualquer coisa” e a operação é a “execução das medidas consideradas necessárias à consecução de um objetivo financeiro, político, militar, etc.”. Em outras palavras, da mesma forma que gestar e gerir, um CEO deve ater-se mais ao plano estratégico e menos ao tático e operacional, ao passo que o gerente deve preocupar-se mais com o tático, manter-se em sintonia com o estratégico e menos com o operacional; já o assistente administrativo deve executar, eficazmente, o operacional e estar em sintonia com o tático e com o estratégico.

Porém, a concepção de administrar não se encerra apenas aos bacharéis em administração graduados nas mais diversas escolas, faculdades, universidades espalhadas pelo país e pelo mundo, ela é e deve ser empregada por qualquer profissional e ser humano sensato e aí surge a grande querela envolvendo esta área do conhecimento humano.

Este fato decorre do caráter esplêndido da administração, haja vista que ela está incutida na natureza humana, desde os mais primórdios momentos da existência humana na terra. Pois desde o momento que o ser humano passou a adestrar animais, plantar alimentos, a pescar, controlar o fogo, buscar novos horizontes de sobrevivência e/ou comerciais, entre outros, ele estava, simplesmente, administrando.¹⁵

Isso leva a pensar que administração é algo antigo na humanidade, apenas recentemente é que ela passou a ser sistematizada e particularizada como um campo do conhecimento, o que contribui para a sua situação atual de conflito, dúvida e inóspita visão epistêmica, o que não ocorre com outras áreas como, por exemplo, com a economia que tem sistematização mais sólida. Aliás, o próprio termo economia deriva do grego (οἶκος:

¹⁴ Henry Mintzberg et al. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

¹⁵ Essa linha de pensamento leva a descortinar um dos maiores mitos da administração, que seja a sua invenção por Taylor lá nos idos do final do século XIX e início do XX. Na realidade, Taylor e outros clássicos da administração, apenas sistematizaram alguns aspectos relevantes da administração que, a partir de então, foram estudados e desenvolvidos com mais afinco até os dias atuais.

casa; νόμος: lei) e significa, segundo o *Aurélio*, “a arte de bem administrar uma casa”, isto é, o ato de administrar não estar circunspecto no interior das organizações, ele está em toda parte, em qualquer ação humana até mesmo na essência da economia ou da natureza.

E, aí, reside, ao mesmo tempo, outro caráter fantástico e o outro problema, pois o economista administra, o engenheiro administra, o médico administra, o dentista administra, o psicólogo administra, o motorista administra, a criança administra, o estudante administra, todos administram, sim, administram as suas vidas, as suas atividades, ou seja, o economista administra suas pesquisas, o engenheiro administra suas obras, o médico, o dentista e o psicólogo administram seus pacientes, o motorista administra seu veículo, a criança administra suas diversões, o estudante administra seus estudos e só! É preciso urgentemente compreender que, especificamente às organizações, só quem deve administrar é o administrador.

Pois, segundo Santos (2004), este é o profissional mais capacitado para tal tarefa, visto que ao se apropriar de conhecimentos relativos às outras áreas, ele torna-se mais capacitado do que os outros profissionais, na condução de atividades pertinentes à execução do projeto-nação.

Essa diferença entre o ato de administrar do bacharel em administração e a administração realizada pelos demais profissionais não pode ser compreendida por meio dos conceitos de administração profissional e administração política propostos por Santos (2004). Para ele, administração política é a administração praticada pelos administradores responsáveis pela concepção (gestão) dos rumos da sociedade, e a administração profissional é a que encerra os administradores e também as outras profissões que coadunadas põem em prática os projetos concebidos pelos administradores políticos.

Na visão de Ribeiro (2006), a administração, por interferir nos rumos da sociedade e por lidar com pessoas, representa uma ciência social aplicada, de modo que a celeuma que envolve o caráter de arte ou técnica não é mais plausível, já que cabe ao administrador o papel de cientista social e não de técnico de nível superior.

Além disso, Ribeiro (2006) argumenta que o aspecto político das relações de poder é importante nas escolhas a serem feitas, dentre o leque de possibilidades ao qual o administrador tem independente de ser um administrador público ou de empresas. Aliás, para ele não há distinção entre um e outro, ambos são administradores, ou seja, agentes de mudanças,

em outras palavras, um reformador, a quem cabe analisar se a transformação da realidade deve ser radical ou gradual. Pois,

na ação reformista, caracteriza-se a atividade política do administrador, a quem não cabe exclusivamente a execução, mas, precipuamente, a elaboração de pressupostos, a tentativa de conexão da realidade específica sob sua interferência com a realidade global (Ribeiro, 2006, p. 193).

Assim, baseado na visão desses eminentes professores da EAUFBA, nota-se que a administração é uma ciência social aplicada, cujo objeto de estudo é a gestão; nesse caso, a gestão não apenas restringindo-se ao campo organizacional, mas como as formas de condução das relações sociais de produção e distribuição, sendo a organização o local mais focado e enaltecido da atuação do administrador e só ele [realçando] deve ter a prerrogativa de administrá-la.

Retomando o exemplo acima, o economista, o engenheiro, o médico, o dentista, o psicólogo, o motorista, a criança, o estudante e todas as outras pessoas estão enquadrados na chamada administração profissional, assim como os administradores nos aspectos não correlacionados diretamente com o ato de administrar uma dada organização — leia-se administrar: gestar e gerir uma organização.

Considerações finais

Diante do exposto, entende-se que a administração é uma ciência social aplicada, cujo objeto de estudo é a gestão, sendo o administrador um cientista social e não apenas um artífice ou técnico. A arte e a técnica fazem parte da profissão do administrador, porém o caráter de ciência deve ser ressaltado e considerado como fundamental para sua formação e atuação. Além disso, é imperioso que seja revertido a formação dos administradores orientada para a subserviência de outros profissionais, na maioria das vezes um economista ou engenheiro, pois o administrador possui um papel central, e não secundário, na condução dos rumos da sociedade.

Fica defendido que a administração política, em si, consiste na essência da administração, isto é, a administração é política e, conseqüentemente, administração política é administração *per se*. Partindo desse pressuposto, observa-se que a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia — EAUFBA advoga essa concepção, através das discussões fomentadas pelos professores, inicialmente João Ubaldo Ribeiro e retomadas com mais

afinco recentemente por Reginaldo Souza Santos, Elisabeth Matos Ribeiro e alunos, sendo pioneiros os alunos de graduação. Discussões essas que, segundo Ribeiro (2008), têm caráter inusitado e instigante com o objetivo de revolucionar o campo da ciência da administração.

Dessa forma, fica como recomendações para futuras pesquisas a busca por uma análise mais acurada acerca da formação universitária do administrador, bem como a percepção da administração como o conjunto formado pela conjugação intrínseca entre gestar e gerir ou gerir e gestar, de acordo com a sua ocupação na estrutura da organização, ou qualquer outra precisamente que tenha nas estruturas das relações sociais.

Referências

- BARRETO, Maria da Graça Pitiá & Eduardo Fausto BARRETO. *Administração ou gestão? — eis a questão*. In: Reginaldo S. SANTOS (org). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo-Salvador: Edições Mandacaru-Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, pp. 144-56, 2004.
- BRASIL, Resolução n.º 4 de julho de 2005. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do?jsessionid=5C4F7E0B0A5918CA171CB04AFE4FB392>>. Acesso em 17-8-2009.
- CRAIDE, et al. *Administração política versus administração profissional: Analisando o campo de conhecimento do ensino superior de administração. Rebag — Revista Brasileira de Administração Política*, Salvador, vol. 2, n.º 1, pp. 79-99, abr. 2009.
- FILHO, Genauto Carvalho de França. *Para um olhar epistemológico da Administração: problematizando o seu objeto*. In: Reginaldo S. SANTOS (org). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo-Salvador: Edições Mandacaru-Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, pp. 119-43, 2004.
- RIBEIRO, Elisabeth M. *Revisitando o conceito de Administração Política. Rebag — Revista Brasileira de Administração Política*, Salvador, vol. 1, n.º 1, pp. 11-22, out. 2008.
- RIBEIRO, João Ubaldó. *Política e Administração. O&S — Revista Organizações e Sociedade*, Salvador, vol. 13, n.ºs 37-38, 2006.
- SANTOS, Reginaldo S. *Em busca da apreensão de um conceito para a administração política*. In: Reginaldo S. SANTOS (org). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo-Salvador: Edições Mandacaru-Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, São Paulo-Salvador, pp. 19-57, 2004.

Resumo

No ambiente empresarial e acadêmico muito discute-se acerca do real papel do administrador requerido no mercado. A começar que para muitos a administração não é uma ciência e, portanto, o administrador não é um cientista, no máximo um artífice, um técnico, e não raro, “uma pessoa com tino para o negócio”. Então, surgem indagações, tais como: para que um curso de graduação em administração, e qual realmente o papel do administrador na sociedade e nas organizações? Para tentar responder a essas indagações, o presente artigo discute a formação universitária do administrador e qual o seu verdadeiro papel na sociedade. A sua realização é permeada pela revisão de artigos desenvolvidos, especialmente por eminentes professores da EAUFBA — Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, sob a luz do conceito de administração política.

Palavras-chave: Administração Política, Formação do administrador, Papel do administrador.

Abstract

In the business and academic environment much is discussed about the real role of the administrator required in the market. For many people Administration is not a science and, therefore, the administrator is not a scientist, at most a craftsman, a technician, and not rarely, “a person with a special way for the business”. Then, questions appear, such as: why a graduation course in Administration, and which the role of the administrator in the society and in the organizations really is? In order to answer these questions, the present article discusses the university graduation of the administrator and the true role of the administrator in the society. This article is based on reviews of articles developed, specially by eminent professors of EAUFBA — Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, under the light of the concept of policy administration.

Key words: Policy Administration, The graduation of the administrator, The role of the administrator.